



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17965 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT11 - Política da Educação Superior

INSTITUTO METRÓPOLE DIGITAL/UFRN: UM ESTUDO SOBRE OS CURSOS DE MESTRADO PROFISSIONAL E AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Ana Paula de Araújo Tavares - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Alda Maria Duarte Araújo Castro - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

INSTITUTO METRÓPOLE DIGITAL/UFRN: UM ESTUDO SOBRE OS CURSOS DE MESTRADO PROFISSIONAL E AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2009, com a Portaria Normativa nº 7, de 22 de junho de 2009, o mestrado profissional foi regulamentado. As resoluções de 2009 atualizaram e aprofundaram aspectos operacionais relacionados aos mestrados profissionais que não estavam previamente delineados na lei de 1998 (PORTARIA CAPES nº 80/98). A Portaria Normativa do MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009, trata dessa forma de ensino no contexto da CAPES, confirmando sua ligação com as necessidades dos setores privados e do mercado de trabalho.

Essa redução reforça o modelo de educação que se delinea para a pós-graduação stricto sensu nas políticas e leis que se seguem. A urgência de promover o avanço industrial e econômico por meio da aplicação dos conhecimentos científicos será fundamental nos planejamentos educacionais voltados para essa modalidade, que tem experimentado uma expansão significativa nos últimos anos.

A modalidade profissional ganha, por meio da Portaria nº 17, a capacidade de se manifestar em locais diversos, ultrapassando os limites das universidades. Pode ser apresentada por instituições de ensino e centros de pesquisa, tanto públicos quanto privados, inclusive por meio de consórcios, devendo obrigatoriamente atender aos critérios de qualidade estabelecidos pela CAPES. Em especial, deve demonstrar experiência na condução do ensino e na pesquisa aplicada.

O objetivo deste estudo é analisar a configuração dos cursos de mestrado profissional ofertados pelo Instituto MetrÓpole Digital/IMD, Unidade Acadêmica Especializada dentro do lócus da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, sob a concepção das parcerias público-privadas no ensino superior, especificamente na pós-graduação stricto sensu brasileira.

A pesquisa é de natureza exploratória, baseada na literatura especializada sobre a pós-graduação e a regulamentação a respeito dos mestrados profissionais no Brasil, a exemplos de: Silva e Carvalho (2014); Araújo e Silvestre (2014); Heidemann (2014); Bezerra (2008); Peroni (2018); Leher (2011);

A pesquisa é um recorte de uma tese em andamento e o trabalho está estruturado por esta introdução, seguida de uma seção que aborda como se configuram os cursos de mestrado profissional ofertados pelo Instituto Metrópole Digital/IMD-UFRN, além das parcerias público-privadas que permeiam esses mestrados profissionais, sobretudo na área de TI.

2 A CONFIGURAÇÃO DOS MESTRADOS PROFISSIONAIS OFERTADOS PELO IMD/UFRN

O Instituto Metrópole Digital/IMD, criado como unidade suplementar pela Resolu o n  003/2011-CONSUNI, de 18 de abril de 2011, e reconhecido como Unidade Acadêmica Especializada da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN pela Resolu o no 031/2015- CONSUNI, de 07 de dezembro de 2015, com características distintas em rela o   maioria dos centros acad micos e departamentos das universidades federais brasileiras. "Esse perfil alinha-se com sua missão de fomentar a cria o de um Polo Tecnológico em Tecnologia da Informa o (TI) no estado do Rio Grande do Norte, abrangendo iniciativas dos setores público, privado e acad mico, a base para a sua estrutura organizacional." (UFRN, 2011).

Com o objetivo de fomentar ensino, pesquisa, extensão e inova o tecnológica, o IMD/UFRN estabelece parcerias junto a institui es públicas e privadas desde sua inaugura o, focando nos aspectos do empreendedorismo. Tais acordos fazem do IMD o executor de uma série de projetos estratégicos, que se integram ao seu funcionamento cotidiano de Unidade Acadêmica Especializada e abrangem áreas que vão da forma o profissional, passando pela saúde e segurança públicas, até o desenvolvimento tecnológico voltado para o setor produtivo. O IMD atua na forma o dos níveis técnico, superior e na pós-gradua o (mestrado e doutorado profissionais). Atualmente, o Instituto possui 26 projetos ativos, com 235 bolsistas de gradua o e p s-gradua o.

O IMD/UFRN foi instituído em um contexto nacional onde indicativos apontam para a expansão de colabora es entre as esferas públicas e privadas no Brasil a partir dos anos 2000, intensificando o processo de privatiza o na área educacional. Esse aumento ocorre   medida que os sistemas educacionais buscam transitar do modelo de gestão burocrática para o modelo de gestão empresarial, conformemente aos sinais observados por Silva e Carvalho (2014). O modelo de gestão empresarial se caracteriza como uma adapta o da estrutura pública aos paradigmas de uma empresa, incorporando estratégias e visando alcançar resultados.

No que concerne aos cursos de mestrado profissional, o IMD/UFRN possui três programas: Programa de Pós-Gradua o em Bioinformática - PPgBioinfo; Programa de Pós-Gradua o em Inova o em Tecnologias Educacionais - PPgITE; e Programa de Pós-Gradua o em TI - PPgTI.

O mestrado profissional em Bioinformática dispõe de 3 linhas de pesquisa, a saber: 1 - Biologia de sistemas; 2 - Desenvolvimento de produtos e processos; 3 - Gen mica. A aprova o do projeto "Biologia Sist mica do Câncer" (BSC) no âmbito do edital de Biologia Computacional da CAPES (051/2013) contribuiu para definir a Bioinformática como uma prioridade dentro da UFRN. O principal objetivo da rede BSC   promover a biologia computacional e a biologia de sistemas no Brasi. A rede   formada por vinte professores /

pesquisadores da UFRN, UFMG, USP e Fundação Antônio Prudente, além de pesquisadores estrangeiros da University of California San Diego, University of Heidelberg e University of Oslo. Os principais objetivos do curso, são:

O curso de Mestrado em Bioinformática tem por objetivo formar profissionais capacitados em realizar, sob a lente biológica, análise integrativa e modelagem de dados oriundos especialmente dos ramos da biomedicina e da saúde, que hoje têm se mostrado volumosos, diversos, complexos, multidimensionais, pobremente estruturados e com ruídos. Com o curso, objetiva-se que os egressos possam atuar na área de Bioinformática tanto na academia como no setor produtivo (UFRN, 2024).

Em março de 2017, a UFRN firmou parceria técnica com o Instituto de Bioinformática e Biotecnologia (2Bio), entidade privada sem fins lucrativos que tem como objetivo "promover e divulgar a bioinformática por meio do desenvolvimento de projetos de pesquisa, formação de estudantes e profissionais no Brasil, além de prestar serviços técnicos em bioinformática" (UFRN, 2017). Contudo, os cursos de mestrado profissional no PPgBioinfo são gratuitos e o ingresso se dá por meio de processo seletivo.

O Programa de Pós-Graduação em Inovação em Tecnologias Educacionais - PPgITE possui 2 linhas de pesquisa, denominadas: 1 - Desenvolvimento de Tecnologias Educacionais; 2- Práticas com Tecnologias Educacionais. Dentre os objetivos do curso, os principais são:

Fomentar a integração de tecnologias digitais na dinâmica de ações pedagógicas realizadas em instituições de ensino. Além disso, o Programa disponibiliza experiências aos profissionais da educação para que eles se apropriem de recursos educativos digitais e diversifiquem suas estratégias de ensino e aprendizagem (UFRN, 2024).

O PPgITE está alinhado às políticas públicas nacionais voltadas à inovação e democratização da Educação, sendo alicerçado no Plano Nacional de Educação (PNE), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC), nos Referenciais de Formação em Computação da Sociedade Brasileira de Computação, assim como no Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Norte (PEE-RN), no Programa Nova Escola Potiguar, no Plano Municipal de Educação da Cidade do Natal (PME-Natal) e no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRN. Os cursos de mestrado profissional do PPgITE também são gratuitos e o ingresso ocorre por meio de processo seletivo.

No que refere-se ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Informação - PPgTI, os cursos de Mestrado Profissional possuem um alvo abrangente, estruturando-se em três linhas de pesquisa: 1 - Engenharia de Software; 2 - Inteligência Computacional; 3 - Infraestrutura de TI. Dentre os tópicos aplicados pelas linhas de pesquisa, encontram-se Desenvolvimento e Evolução de Sistemas e Software, Cidades Inteligentes, Ciência de Dados, Aprendizado de Máquina, Sistemas Embarcados, Internet das Coisas, entre outros. Como objetivos, destacam-se:

- I - promover a formação e capacitação de profissionais que conduzam e liderem atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação através da aplicação de conhecimento científico avançado da área da Tecnologia da Informação, visando atender demandas da sociedade e do mercado de trabalho;
- II - promover a integração e interação com o setor produtivo nacional e regional, através da transferência de conhecimento (tecnologia, técnicas, métodos) e geração de inovação (produtos, serviços) que auxiliem empresas públicas e privadas no aumento da produtividade e melhoria da qualidade através da promoção do uso de conceitos e técnicas diretamente relacionadas à Tecnologia da Informação;
- III - promover a formação e capacitação de profissionais que possam empreender e liderar o desenvolvimento de soluções inovadoras para o país, visando atender

demandas locais, regionais e nacionais.

IV - contribuir para o fomento de uma cultura de inovação tecnológica e de transferência de tecnologias da academia para setores da sociedade (UFRN, 2024).

A forma de ingresso no PPgTI também se dá por meio de processo seletivo, contudo, as vagas são destinadas a profissionais vinculados às instituições públicas ou privadas e estão associadas ao investimento de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) por profissional, "a título de contribuição com o custeio das atividades do PPgTI, a ser pago pela instituição a qual o respectivo profissional está vinculado na forma de acordo de cooperação a ser celebrado entre a UFRN e a própria instituição". (UFRN, 2024). Nesse sentido, percebe-se que trata-se do único Programa do IMD/UFRN que recebe investimento privado direto.

2.1 Parcerias Público-Privadas e os cursos de Mestrado Profissional na área de tecnologia

A velocidade da inovação tecnológica e da concorrência no mercado aumentou, demandando das empresas a habilidade contínua de adaptar sua estrutura interna, assimilar novas tecnologias e processos, e desenvolver novos produtos. Isso tem resultado em transformações significativas na estrutura da força de trabalho industrial, com uma maior valorização de profissionais altamente qualificados em todos os níveis e uma redução drástica do pessoal administrativo e não qualificado.

A universidade tem desempenhado um papel crucial no Brasil ao estimular os processos de inovação. A crescente importância atribuída à ciência e tecnologia confere a essa instituição uma série de funções, tais como: garantir, por meio da combinação de ensino, pesquisa e extensão, uma conexão com a sociedade baseada na busca de soluções para os principais desafios socioeconômicos e políticos, bem como tornar-se um elemento fundamental para o progresso das organizações e do mercado. Simultaneamente, é instigada a gerar e disseminar um conhecimento crítico que possa contribuir para o benefício coletivo, além de atender às necessidades do mercado por meio de programas de educação, produção de bens, pesquisa científica aplicada e tecnologia. O conhecimento constitui o elemento fundamental para a inovação e a pesquisa científica, sendo um fator estratégico essencial nos planos de desenvolvimento de todas as nações.

Nesse contexto, uma das estratégias adotadas pelo governo brasileiro foi a incorporação da participação do setor privado. A avaliação da implementação de Parcerias Público-Privadas (PPPs) começa com a análise relacionada ao "value for money" por parte do ente público, uma vez que precisa decidir se internaliza a prestação dos serviços públicos por meio da estrutura da administração pública ou, alternativamente, externaliza essa prestação para empresas privadas, utilizando uma abordagem orientada ao mercado (ARAÚJO; SILVESTRE, 2014). De acordo com Heidemann (2014), quando a administração pública evidencia limitada capacidade para gerenciar os recursos públicos, surge a necessidade de empresas e organizações não governamentais, em geral, assumirem a iniciativa de desempenhar funções de governança pública, mesmo que sob a coordenação política necessária do Estado, dando origem às PPPs.

Para Bezerra (2008), a parceria implica na colaboração entre a administração pública e o setor privado, sendo que este último assume, em parte ou integralmente, as responsabilidades que tradicionalmente eram exclusivas do poder público. Esse vínculo transcende um mero "contrato" de compra e venda, pois envolve a intervenção do setor privado na administração pública, visando alcançar objetivos de interesse público por meio do conjunto de ações oferecidas pela iniciativa privada, estabelecendo uma relação contínua com

a gestão pública parceira. (BEZERRA, 2008).

Peroni (2018, p. 04) “não trata o público e o privado apenas como propriedade, mas como projetos societários em relação, permeados por classes sociais em correlações de forças”, que acarreta na redefinição do próprio conceito do que é considerado público, visto que “as instituições são de propriedade pública, mas se o processo decisório está ausente, já que tudo é previamente definido e monitorado por uma instituição privada e os professores apenas executam tarefas, entendemos que este também é um processo de privatização da educação”.

Levando em conta a presença significativa das universidades públicas na oferta dos mestrados profissionais, identificamos dois fóruns que representam o setor, cujas lideranças são predominantemente compostas por membros dessas instituições públicas e que buscam interagir com outras esferas da sociedade civil e política para promover a modalidade profissional, abrangendo a colaboração com as instituições privadas de ensino que oferecem esses cursos: o Fórum Nacional dos Mestrados Profissionais (FOPROF) e o Fórum Nacional dos Mestrados Profissionais em Educação (FOMPE).

Conforme Leher (2011), a Portaria Normativa/MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009, que regula o mestrado profissional sob a supervisão da CAPES, não aparenta ter sido inicialmente concebida como uma modalidade prioritária para a pós-graduação em educação, uma vez que sua definição seguia os critérios gerais estabelecidos pela Lei de Inovação Tecnológica.

No que refere-se especificamente às atividades de ciência e tecnologia, e à inovação tecnológica, o Decreto 8.240/14 regulamenta os acordos e os requisitos de qualificação de empresas privadas para participação no apoio às pesquisas. Esses acordos são instrumentos que estabelecem, no Art. 1º, § 2º:

- I - [...] a transferência de recursos financeiros ou não financeiros, em parceria com entidades privadas, com ou sem fins lucrativos, envolvendo a execução de projetos de interesse recíproco, podendo contar ainda com a participação de organizações sociais, que tenham contrato de gestão firmado com a União
- II - critérios de habilitação - requisitos que as empresas devem cumprir para celebração dos convênios ECTI com IFES, demais ICT e fundações de apoio;
- III - objeto - desenvolvimento do produto do convênio ECTI, observados o programa de trabalho e o projeto conveniado;
- IV - projeto - proposta negociada entre os partícipes, contendo as informações técnicas para o alcance do objeto a ser conveniado; e
- V - controle finalístico - controle realizado com foco na análise dos resultados (BRASIL, 2014).

A incorporação das parcerias público-privadas no conjunto de leis e normas que governa as universidades federais brasileiras torna-se ainda mais clara no parágrafo único do Art. 3º. No parágrafo mencionado, o Decreto estipula que a presença de pelo menos uma Instituição Federal de Ensino Superior (Ifes) ou Instituição Científica e Tecnológica (ICT) é essencial para a concretização dos projetos abrangidos pelos convênios de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação (ECTI).

Os convênios referidos no caput poderão ter tantos partícipes quanto forem necessários para a realização do projeto, sendo, indispensável, a participação de, no mínimo: I - fundação de apoio; II - IFES ou demais ICT apoiada; e III - partícipe de natureza diferente das anteriores (BRASIL, 2014, grifo nosso).

Portanto, podemos afirmar que esse Decreto, em vigor desde 2014, confirma o estágio avançado da regulamentação das parcerias público-privadas na administração das universidades federais ao longo desta segunda década do século XXI. Essa observação nos conduz a reconhecer a eficácia desta estratégia neoliberal na reorientação das prioridades

acadêmicas em prol dos interesses individuais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estratégia neoliberal adota uma perspectiva mais restrita, pragmática e aparentemente autônoma, buscando converter a universidade em uma instituição orientada para captação e empreendedorismo. A ideia de independência financeira implica, em contraste com a autonomia na gestão financeira, que a universidade opere sem restrições no âmbito comercial, expandindo sua habilidade de diversificar as fontes de financiamento e captar recursos no setor privado.

Contudo, é factível afirmar que a ligação do financiamento das atividades acadêmicas às oportunidades de angariar recursos de natureza estritamente comercial acaba por sujeitar a formação profissional dos trabalhadores e a geração de conhecimento aos interesses privados e imediatamente proveitosos para aqueles que financiam tais atividades. Dessa forma, podemos afirmar que a suposta autonomia, na verdade, se traduz em heteronomia.

Dito isso, faz-se necessário examinar a estratégia neoliberal e suas manobras para minar a autonomia acadêmica e a gestão financeira, implementando ações que efetivamente promovem a "autonomia financeira" nas universidades públicas. Nesse sentido, compreende-se que o neoliberalismo considera a regulamentação das parcerias público-privadas como um elemento tático crucial para direcionar a autonomia universitária para os interesses particulares, de acordo com as exigências de reprodução do capital em situações de crise.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. F. F. E.; SILVESTRE, H. C. As parcerias público-privadas para o desenvolvimento de infraestrutura rodoviária: experiência recente em Portugal. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 571-593, 2014.

BEZERRA, Egle Pessoa. **Parceria Público-privada nos municípios de Brotas e Pirassununga: estratégias para a oferta do ensino?** 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2008.

Heidemann, F. G. (2014). Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In Heidemann, F. G., & J. F. Salm (Eds.), **Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise** (3rd ed., pp. 21–49). Brasília: UNB.

LEHER, R. **Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente: um estudo a partir de Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LEMOS, D. Trabalho docente: tensões e contradições. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 1, p. 105-120, 2011.

PERONI, V. M. V. Implicações da relação público -privada para a democratização da educação. **XI Reunião Regional da ANPED-SUL**, Curitiba, jul/2016. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Confer%C3%Aancia-de-Abertura-Vera-Peroni.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2024.

SILVA, M. S. P. da; CARVALHO, L. S. Faces do gerencialismo em educação no contexto da

nova gestão pública. In: **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 50, n. 36, p. 211-239, set/dez. 2014.